

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.362.346 - CE  
(2018/0235898-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE** : GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA ALMEIDA AZEVEDO  
**AGRAVANTE** : HELENA DE CASSIA CUNHA LIMA  
**AGRAVANTE** : HELOISA KARLA CHAVES MAIA  
**AGRAVANTE** : HENRIQUE VIANA CAVALCANTE  
**AGRAVANTE** : HEVELINE DE BRITO NOBRE  
**ADVOGADOS** : HELDER LIMA DE LUCENA - CE007195  
JORGE LINS LOPES DA CRUZ - CE026091  
HEYDER LIMA DE LUCENA - CE031504  
**AGRAVADO** : UNIÃO

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. SERVIDOR PÚBLICO. LEI N. 10.698/2003. REAJUSTE GERAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. NÃO OCORRÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.**

1. Não há omissões no acórdão proferido pelo Tribunal de origem, que analisou de todas as questões essenciais à devida solução da lide a partir de fundamentação clara e precisa sobre a inexistência de revisão geral das remunerações de servidores públicos federais a partir da Lei n. 10.698/2003.
2. O Supremo Tribunal Federal decidiu pela inexistência do direito ao reajuste geral de 13,23% aos servidores públicos federais com base na Lei n. 10.698/2003. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça modificou sua jurisprudência para também declarar que não é devido o reajuste geral de 13,23% aos servidores públicos federais com base na Lei n. 10.698/2003. Precedentes.
3. Agrado interno não provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agrado interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Impedida a Sra. Ministra Assusete Magalhães.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
Relator